



**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO**

**INVESTIMENTO VERSUS CAPITAL DE GIRO: consequências na
continuidade da empresa**

Andréa da Costa^{*}

Marcos Antônio Batista^{}**

RESUMO

Este artigo tem como tema a relação entre investimento versus capital de giro e consequências na continuidade de uma empresa. O principal propósito deste artigo é analisar a relevância da gestão do capital de giro e sua relação com a continuidade de uma empresa. O objetivo geral é analisar a percepção dos administradores quanto à gestão do capital de giro e a continuidade de uma empresa. Já os objetivos específicos são: verificar o risco e o retorno do capital da empresa; analisar os indicadores econômico-financeiros considerando o capital de giro e observar a percepção dos administradores quanto à gestão do capital de giro na tomada de decisão. É através do Capital de Giro que a empresa financia suas operações, para tanto, se faz necessário uma gestão eficaz do mesmo, para que esta venha refletir positivamente na sua Continuidade. Para isso, foi utilizada pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e estudo de caso para análise das demonstrações contábeis de uma empresa de Médio Porte denominada Beta, que tem por atividade principal a construção civil.

Palavras - chave: Investimento. Capital de Giro. Continuidade.

^{*} Graduanda em Ciências Contábeis; na Faculdade Doctum de JM; andreacadastro@yahoo.com.br

^{**} Mestre em Administração e Contador, professor orientador na Faculdade Doctum de JM; mbatistaita@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo vem mostrar a relação entre Investimento versus Capital de Giro e as consequências na Continuidade de uma empresa.

Com este trabalho pretende-se responder a seguinte problemática: Qual a relevância da Gestão do Capital de Giro e sua relação com a continuidade da empresa?

O objetivo geral é analisar a percepção dos administradores quanto à gestão do capital de giro e a continuidade de uma empresa. No cenário atual globalizado e competitivo, as empresas focam sua atenção nos seus aspectos financeiros internos e estas passam a serem tomadoras de decisões financeiras. O investimento em uma empresa é proveniente de recursos que podem ser próprios ou de terceiros e devem no mínimo satisfazer as expectativas de remuneração dos proprietários de capital.

No entanto quanto maior o ciclo operacional, mais elevado serão as necessidades de investimento em giro. Adicionalmente, três objetivos específicos foram formulados.

O primeiro trata de verificar o risco e o retorno do capital da empresa em estudo através dos indicadores econômicos como: Rentabilidade, Taxa de retorno sobre investimento (TRI), Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL), Margem de Lucro Líquido (lucratividade), Giro do Ativo (produtividade).

O segundo é a análise dos indicadores financeiros considerando o capital de giro onde serão utilizados indicadores como: índices de liquidez e indicadores de atividade operacional como: Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC), Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE), Posicionamento de Atividade (PA) e ainda os métodos de análise vertical e horizontal que são importantes no auxílio da análise financeira.

O terceiro visa observar a percepção dos administradores quanto à gestão do capital de giro na tomada de decisão, no entanto pretende-se verificar a contribuição dos investimentos e financiamentos auferidos pela empresa, sua gestão, e se as tomadas de decisão contribuíram de forma negativa ou positiva para alavancar seus resultados.

É através do Capital de Giro que a empresa financia suas operações, para tanto, se faz necessário uma gestão eficaz do mesmo, para que esta venha refletir positivamente na sua Continuidade. Pelo Princípio da Continuidade a empresa deve

ser considerada como um organismo vivo, constante e contínuo de produção. Para uma empresa ter continuidade e gerar lucro é necessária uma gestão, um controle e uma evolução eficaz do seu desempenho,

A metodologia utilizada quanto à abordagem é a pesquisa qualitativa, que envolve um estudo de caso onde serão analisadas as demonstrações contábeis de uma empresa de Médio Porte, que tem por atividade principal a construção civil, onde se pretende responder as questões abordadas, interpretar o contexto, e valer-se de diversas fontes de informações, indicadores e pesquisa para solução do problema.

Após esta introdução será apresentado o referencial teórico, onde serão abordadas as técnicas de pesquisa utilizadas, a metodologia de pesquisa, e por fim as referências dos principais autores estudados como: Assaf Neto (2007), Padoveze (2009), Marion (2010), Fipecafi (2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na concepção de Assaf Neto (2002) o comportamento do capital de giro é dinâmico, e a necessidade de investimento de capital de giro mal dimensionada certamente irá comprometer a solvência da empresa, refletindo em sua posição econômica, financeira e na sua continuidade. Para que haja equilíbrio financeiro, os recursos de terceiros em curto prazo deve destinar-se exclusivamente nas aplicações em ativos circulantes de curta duração, que tem por característica própria contínuo processo de transformação. No entanto a falta de sincronização entre seus elementos (entradas de recursos não ocorrem no mesmo momento em que devem ser processados os pagamentos), e os recursos de terceiros alocados em curto prazo não são suficientes para financiar todas as necessidades do ativo circulante. Nesta situação torna-se indispensável à busca de fontes permanentes de recursos (á longo prazo) para serem aplicados em ativos de curta duração.

Padoveze (2009) diz que capital de giro é a terminologia utilizada para designar valores investidos no ativo circulante. Segundo o autor os valores investidos no realizável em longo prazo não são considerados como capital de giro, devido sua demora da realização em dinheiro, financeiramente falando. Porém em termos de contabilidade e para esse estudo específico o autor tratará o realizável em longo prazo como capital de giro. O processo de tomar o dinheiro de caixa ou

bancos (disponibilidades), comprar estoques de mercadoria, revender a prazo ou à vista, emitir duplicatas, retornando o dinheiro em caixa acrescido de lucros, é denominado o giro da empresa, e os valores aplicados nesses ativos são denominados capital de giro.

Ludícibus e outros (2010) dizem que a situação de liquidez e fontes de capital, inclusive a capacidade de atendimento de compromissos a curto e longo prazos deve constar no relatório da administração quando se tratar de uma sociedade por ações, na sua prestação de contas, como é o caso da empresa em estudo.

Segundo (SEBRAE, 2007) a gestão ineficaz do capital de giro vem sendo descrita como uma das principais razões para a mortalidade ou descontinuidade de micro e pequenas empresas no Brasil, o que requer uma atenção especial aos ativos e passivos circulantes de curto prazo.

A gestão do capital de giro é relevante no processo de tomada de decisões dentro das organizações, uma vez que pode implicar de forma positiva alavancando seus resultados, melhorando seus índices desde que haja equilíbrio na busca de novos investimentos e que a empresa consiga pagá-los mantendo uma estrutura de capital equilibrada, caso contrário decisões erradas e que não atendam ao ciclo operacional da organização pode levá-la a insolvência, ao endividamento elevado e por consequência a sua descontinuidade.

2.1 Análises dos indicadores Econômicos/ Risco e retorno do Capital de Giro

Para este trabalho serão analisadas as principais demonstrações contábeis da empresa em estudo, como Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, através dos indicadores econômico-financeiros que são fundamentais no processo de entendimento da situação da empresa.

Para atender ao primeiro objetivo específico será feita análise do desempenho dos resultados da empresa em estudo através dos indicadores econômicos. Quanto ao risco e o retorno do capital de giro na concepção de Assaf Neto (2007), as decisões financeiras segmentam o risco empresarial em duas grandes partes:

Risco operacional: derivado do ativo da empresa, da natureza da atividade e está suscetível ao comportamento da economia. Outros riscos seria a sazonalidade

dos negócios, estrutura de custos, dependência tecnológica, concorrência, e outras variantes.

Risco financeiro: determinado pelo endividamento da empresa, níveis elevados de capital de terceiro em relação ao capital próprio, pode comprometer sua capacidade de pagamento. Em relação ao retorno o autor relata que o retorno exigido dos investimentos (geração de caixa) o nível de imobilização dos recursos financeiros dependem da maturidade e dos custos dos passivos selecionados, para que haja equilíbrio financeiro. Para o autor as decisões financeiras devem estabelecer a atratividade econômica da empresa promovendo sua continuidade e valorização.

O retorno dos investimentos deve no mínimo satisfazer as expectativas de remuneração dos proprietários de capital, para viabilizar economicamente a empresa. Caso contrário, quando o custo do passivo superar o retorno produzido pelos ativos, há uma destruição do valor econômico pela incapacidade dos investimentos promoverem um retorno que satisfaça ao custo de capital. Perdurando essa situação haverá uma redução na capacidade de pagamento (liquidez) e um aumento do seu endividamento (risco financeiro).

Para Ching; Marques; Prado (2010) o risco se dá especialmente nas empresas de menor porte, que frequentemente minimizam seu investimento em imobilizado alugando ou fazendo *leasing*, contudo para pequenos negócios são limitadas as opções de financiamento, menor acesso ao mercado de capital, o que as torna fortemente dependentes de crédito de curto prazo, como fornecedores, contas a pagar, empréstimos bancários e créditos que tenham como garantia estoques, ou contas a receber (duplicatas descontadas). O uso de qualquer uma dessas fontes de financiamento influencia o capital de giro aumentando as exigibilidades da empresa. Por sua vez sendo o capital de giro recurso necessário para operacionalizar a empresa, para realizar seus negócios, e está diretamente ligada a gestão de caixa, tendo como denominador comum o fluxo de caixa e a manutenção da liquidez da empresa, para um retorno eficiente são necessários algumas variáveis como: prazo de pagamento das compras, prazo de recebimento das vendas e o montante investido no estoque. Segundo estes autores a essência do capital de giro está no ciclo de conversão de caixa, para tanto é necessário minimizar o tempo entre o desembolso com a compra de materiais e o recebimento das vendas.

Para Padoveze (2009) existem diversas relações de análise de Rentabilidade e Lucratividade, objetivando aferir o comportamento da empresa junto ao setor, e mesmo frente a alternativas variadas de investimento. Os indicadores de lucratividade devem ser analisados em relação aos padrões internos, aos períodos passados e futuros, isoladamente não propiciam conclusões definitivas. Já os indicadores de Rentabilidade tendem a propiciar análises de caráter mais generalizante e de comparabilidade com terceiros.

Segundo Marion (2010) a Rentabilidade é medida em função dos investimentos. As fontes de financiamento do ativo são Capitais próprios e Capital de terceiros, a administração adequada do ativo proporciona maior retorno para a empresa. Ainda segundo o autor a combinação de itens do Ativo é que gera Receita para a empresa, o ativo significa investimentos realizados pela empresa para obter Receita e por fim Lucro. Assim podemos obter a taxa de retorno sobre os investimentos (TRI), que representa o poder de ganho da empresa, quanto ela ganhou por real investido e a taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL) que evidencia os recursos dos sócios investidos no PL e o quanto estes estão tendo de lucro ou retorno do capital investido no empreendimento. Para Marion, calcular a Margem de lucro evidencia quantos centavos a empresa ganha por real vendido, que são os índices de lucratividade e produtividade.

Já para Assaf Neto (2002) a avaliação do desempenho de uma empresa pode ser desenvolvida por meio da atratividade proporcionada pelos ativos totais (todos direitos e bens de uma empresa) e pelo investimento (valor do ativo total excluído os passivos de funcionamento ou relacionados à atividade da empresa), o valor que a empresa investiu em seu negócio, buscando estes recursos no mercado financeiro e junto aos proprietários. O autor ainda alerta sobre a forma errônea de como a legislação brasileira (Lei nº 6.404- Sociedade por Ações) orienta a apuração do lucro operacional, que costumam calcular o resultado operacional após a dedução das despesas financeiras, ou seja, o resultado apurado e definido por operacional é consequência não só das decisões de investimento, mas também das decisões de financiamento, o que prejudica sensivelmente a apuração e análise do retorno dos ativos, o que torna a qualidade das conclusões do desempenho econômico da empresa limitada.

Segundo os autores, as organizações assumem riscos na execução de suas atividades e em seus processos de tomada de decisão, riscos estes que vão desde

a natureza da atividade, situação econômica, níveis elevados de capital de terceiros em relação ao capital próprio até o porte das empresas. Quanto ao retorno esse deve no mínimo satisfazer as expectativas de remuneração dos proprietários de capital, ou seja, do valor investido, para tanto é necessário uma boa administração do ativo.

2.2 Análises indicadores financeiros considerando Capital de Giro

Os indicadores financeiros são relevantes para entender a situação de solvência, o nível de endividamento a proporção de capital de terceiros em relação ao capital próprio e destacar que o sucesso das organizações depende de uma boa gestão financeira.

Padoveze (2009) relata que seu objetivo básico é evidenciar a posição atual da empresa e detectar problemas de continuidade, sendo assim a administração ou gestores terá condições para impedir a deterioração da situação financeira patrimonial e de rentabilidade, procurando reverter a situação. Em suma, indicadores financeiros objetivam detectar situações, verificar tendências e dar subsídios para esforços corretivos por parte da administração. Ainda segundo o autor os índices de liquidez da empresa ou sua capacidade de pagamento extraídos do balanço patrimonial da empresa são considerados indicadores estáticos, pois futuramente serão alterados, os indicadores de atividade evidenciam a dinâmica operacional da empresa em seus principais aspectos refletido no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, o índice de endividamento mede a estrutura de financiamento da empresa, evidencia o reflexo das políticas de alavancagem financeira e financiamento do capital de giro, e também serve de parâmetro de garantia dos credores.

Segundo Marion (2010) a situação econômico-financeira de uma empresa se dá por meio de três pontos fundamentais de análise:

Liquidez (situação financeira), Rentabilidade (situação econômica) e Endividamento (estrutura de capital), que seriam o tripé de uma análise. Os índices básicos de liquidez (corrente, seca e geral), rentabilidade (da empresa e do empresário), e endividamento (quantidade e qualidade) são suficientes para ter uma visão *superficial* da empresa a ser analisada. Assim são três os pilares principais nas decisões empresariais:

- a situação financeira que corresponde à capacidade de pagamento de empresa.
- a estrutura de capital que corresponde ao dinheiro dos proprietários ou de outros financiadores, entrada de recursos na empresa.
- a posição econômica que é relativa ao lucro, à rentabilidade, à vida da empresa.

Para Assaf Neto (2002) o comportamento do capital de giro é extremamente dinâmico e exigem modelos eficientes e rápidos de avaliação financeira da empresa, a análise da estrutura financeira de uma empresa envolve o estudo de um conjunto de indicadores operacionais que refletem todas as decisões tomadas com relação ao capital de giro e seu equilíbrio financeiro. Para o autor o capital circulante líquido (CCL) indica o volume de recursos de longo prazo alocados para financiar o giro. Já a necessidade de investimento em giro (NIG), por outro lado, revela o montante de capital permanente que uma empresa necessita para financiar seu capital de giro, que é determinado pelo nível de atividade da empresa (produção e vendas) e prazos operacionais. Um confronto entre o capital circulante líquido – CCL e a necessidade de investimento em Giro-NIG é essencial para avaliar o equilíbrio financeiro da empresa, a maturidade de seus investimentos e financiamentos, para o autor, uma empresa só apresenta segurança financeira somente quando apresenta um $CCL > NIG$, onde denota recursos em excesso diante de necessidades permanentes do capital de giro.

A boa gestão do capital de giro impacta positivamente na situação financeira de uma empresa, fazendo com que a mesma consiga honrar seus compromissos e manter sua continuidade.

2.3 Percepção dos administradores quanto à gestão do capital de giro

De acordo com Assaf Neto (2002) as decisões financeiras tomadas regularmente em uma empresa resumem-se na captação de recursos, decisões de financiamento, investimento e aplicação de recursos levantados, são decisões que a empresa toma de maneira contínua e inevitável.

Para Ching; Marques; Prado (2010) o critério para tomada de decisão dentro da empresa, no que diz respeito ao capital de giro é de adotar a redução do mesmo como estratégia financeira, pois recursos investidos em capital de giro tem um custo, que é o custo de capital da empresa, automaticamente esta estratégia forçará a empresa a conquistar vantagem competitiva. Ainda segundo os autores o uso de

índices é de grande relevância para análise de créditos e tendências, auxiliando analistas e gestores a entender o desempenho da empresa no passado e por meio de comparações com padrões pré-estabelecidos examinar a posição da empresa no seu setor de mercado e em relação a concorrência.

É de grande relevância tratar as particularidades, conceito e características das empresas do setor da construção civil, como é o caso da empresa em estudo.

Segundo Assaf Neto (2002) diante de diversos usuários com interesses distintos da análise das demonstrações contábeis e seus resultados, é reconhecido que qualquer análise feita pode ter duas abordagens: a financeira e a econômica.

A financeira tem como foco a situação de caixa e liquidez da empresa, bem como sua capacidade de geração e de posição de equilíbrio financeiro. A situação econômica está voltada para o estudo do desempenho dos resultados (lucro), para que o usuário avalie se a rentabilidade oferecida é compatível com a esperada em função do risco inerente a suas atividades. No caso das empresas do ramo da construção civil, as abordagens e seus objetivos são os mesmos, a diferença nesse segmento de negócio é que o ciclo operacional das empresas do ramo de construção civil é maior (geralmente maior que um ano), neste sentido a análise prévia das demonstrações tenderá a ser mais minuciosa, até mesmo para manutenção da continuidade da empresa.

Já para Amaral Costa (2011) empresas do setor de construção civil estão propícias a adotarem procedimentos contábeis que modificam a situação real da empresa, refletindo nas demonstrações contábeis como:

A) registro contábil do contrato de empreitada no momento em que é firmado, em contas que não sejam de compensação, o que faz com que o ativo circulante fique inchado, pelo montante de receita futura ainda não executada, o que faz com que os índices de liquidez, endividamento, entre outros, sejam melhorados indevidamente.

B) registro contábil da receita faturada mediante a emissão de nota fiscal (independente da execução da obra) como Receita de Exercícios Futuros. Neste caso o passivo circulante fica menor em função do não registro em adiantamento de clientes, relativo às parcelas recebidas, conseqüente os índices de liquidez, endividamento e imobilização de capital são melhorados indevidamente.

C) registro contábil como custo de obras por empreitada, no resultado do exercício, do valor determinado pela aplicação do percentual do progresso físico da

obra aos custos totais previstos até à conclusão daquela, o que pode gerar em custo incorrido menor que o confrontado com a receita, como consequência gerará um passivo circulante fictício, e um lucro do exercício a menor, ou um prejuízo maior, afetando os índices de liquidez, rentabilidade, lucratividade, entre outros, e um custo incorrido maior que o custo confrontado na receita, fazendo com que a diferença seja considerada como custo de exercício futuro, forçando a criação de um ativo circulante em “serviços a faturar”, em contrapartida a “receita de exercícios futuros”.

A resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.159 de 13.02.2009, aborda como os ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela lei nº 11.638/07 e MP nº. 449/08 devem ser tratados: Entre elas a Extinção do Grupo Resultado de Exercícios Futuros. Este grupo foi incluído nas demonstrações contábeis em 1976, para que as pessoas jurídicas prestassem contas à sociedade de seus compromissos em bens e serviços, como é o caso das empresas de construção.

As decisões tomadas pelos administradores das empresas refletem de forma positiva ou negativa podendo alavancar seus negócios e resultados ou comprometendo a continuidade da empresa. No entanto as decisões tomadas não devem comprometer a empresa ou causar seu empobrecimento, em função do enriquecimento dos empresários.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa em estudo, denominada Beta, localizada em João Monlevade/MG atua no mercado há 19 anos e tem como atividade principal a construção civil.

Neste período a empresa passou por várias transformações, seguindo uma visão moderna de responsabilidade corporativa e trabalha com uma política de gestão integrada para todas as obras. Em 2006 recebeu o certificado do Sistema de Qualidade da Norma ISO9001-2000, sendo recertificada em 2009 e 2012 na versão ISO 9001:2008. Em janeiro de 2013 com o objetivo de melhorar a governança corporativa e expansão dos negócios, deu início ao processo de reestruturação societária e transformação para sociedade anônima.

A empresa Beta no exercício das suas atividades cumpre com sua responsabilidade social, realizando atividades com qualidade, segurança, produtividade e sustentabilidade, atendendo a legislação trabalhista, previdenciária e

fiscal, respeitando o meio ambiente, tendo como missão: prestar serviços de montagem eletromecânica nos diversos segmentos industriais, com foco na segurança e qualidade, promovendo ética profissional, desenvolvimento social da região, bem estar de seus empregados, preservação do meio ambiente e a utilização racional de recursos naturais.

Visão: Ser referência em segurança, qualidade e planejamento na execução de serviços de montagem eletromecânica.

Valores: ética, qualidade, segurança, saúde ocupacional, respeito ao meio ambiente, responsabilidade social, comprometimento, simplicidade.

4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste artigo tem por objetivo explorar e identificar problemas através de um levantamento de dados.

Segundo Trivinos (1987, p.133), o Estudo de Caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

Para este trabalho serão analisadas as demonstrações contábeis de uma empresa de Médio Porte, que tem por atividade principal a construção civil, onde se pretende responder as questões abordadas, interpretar o contexto, e valer-se de diversas fontes de informações, indicadores e pesquisa para solução do problema.

Quanto à abordagem este artigo se caracteriza como pesquisa qualitativa que segundo Menga (1986, p.18) é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Após análise dos dados pretende-se interpretar a percepção dos administradores da empresa em estudo, enfatizando a importância do tema deste artigo.

5 ANÁLISE DE DADOS

O estudo contemplou dados de uma empresa de médio porte, denominada Beta com atividade no ramo da construção civil, onde foram analisadas as demonstrações contábeis a seguir anexos A e B : balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, utilizando ferramentas gerenciais de análise como indicadores financeiros e econômicos.

Em análise foram calculados os índices de liquidez da empresa, pois o mesmo é considerado um importante indicador da situação financeira, ainda que não deva ser considerado isoladamente.

Em curto prazo a empresa apresentou uma queda no seu índice de liquidez entre os anos de 2012 e 2014, podendo não ser uma perda na sua capacidade de pagamento, mas uma administração financeira mais rigorosa.

Já a liquidez seca também apresentou queda entre os exercícios de 2012 e 2014, todavia este índice para melhor interpretação foi analisado juntamente com o PMRE (prazo médio de recebimento) que é de 7,4 dias, o que significa que a empresa vende seu estoque 7,4 vezes ao ano. Retirada à incerteza de um estoque obsoleto e manipulável pode-se dizer que a situação financeira da empresa á curto prazo se encontra deficiente, ou em queda.

Em se tratando da sua capacidade de pagamento á longo prazo, a liquidez geral da empresa também apresentou queda, embora a mesma a cada R\$ 1,00 de dívida assumida pela empresa, em média a empresa apresente R\$ 1,62 de valores a receber a curto e longo prazo. E embora sem muito realce a capacidade de pagamento da empresa em prazo imediato, a mesma apresentou sucessivas reduções, caso haja atraso em pagamento de fornecedores, pode significar dificuldade financeira.

Esta liquidez é financiada praticamente por capital de terceiros, o que pode ser percebido pelo endividamento à quantidade da dívida, a empresa trabalha com mais de 60% de recursos de terceiros em relação ao capital próprio. Em se tratando de qualidade observa-se que em média mais de 80% da dívida é de curto prazo o que implica em capital mais oneroso, sendo formada por empréstimos levando a uma qualidade ruim da dívida e uma situação desfavorável. Com este cenário o grau de endividamento piorou.

Tanto a liquidez como o endividamento influenciou diretamente a estrutura do gerenciamento do capital circulante líquido (CCL) e da necessidade de capital de giro (NCG) ou necessidade de investimento em giro (NIG) no exercício de 2012 e 2013. A empresa apresentou um volume de recursos de longo prazo para financiar o giro positivo, o que não aconteceu no exercício de 2014, apresentando CCL negativo e NCG positivo, fazendo com que a empresa necessite de recursos para cobrir contas vincendas.

Outro ponto ainda com relação à administração do capital de giro deve-se ao

ciclo de vendas e o recebimento. Constatou que esses são mais lentos que os pagamentos, acarretando um posicionamento de atividade (PA), prazos de recebimentos em relação a prazo de pagamentos, igual a 4.0, onde, a empresa demora em média 72 dias para vender e receber suas vendas e por outro lado paga suas contas em média com 18 dias. Como já analisado nos indicadores de endividamento, impossível de manter, sem recorrer a capital de terceiros. As consequências analisadas na baixa liquidez, no endividamento afetaram diretamente a administração do capital de giro, onde todo negócio consegue perceber se o caminho está correto ou não, a rentabilidade. No presente estudo a Taxa de Retorno do Investimento (TRI) sofreu queda. Em 2012, o retorno dos investimentos foram de 9 anos em média ou tempo de recuperação, para uma taxa de retorno negativa no exercício de 2014, uma vez que seu resultado apresentou prejuízo, o que é totalmente inviável. O seu endividamento apresentou uma piora, uma vez que para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros a empresa dispõe de R\$ 0,60 como garantia.

Já a TRPL que é o poder de ganho dos empresários passou de R\$0,29 para cada R\$ 1,00 investido para R\$ 0,17 de prejuízo, havendo uma piora considerável.

Em relação à margem líquida a empresa em 2012 a cada real de venda deduzido todas as despesas obteve R\$ 0,07 centavos de lucro para R\$ 0,05 de prejuízo em 2014, ou seja, a empresa neste período não apresentou lucro.

Quanto ao giro à eficiência que a empresa utiliza seus ativos com o objetivo de gerar venda sofreu queda, mostrando ineficácia na administração dos investimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo a problemática de pesquisa proposta foi respondida, uma vez que a gestão do capital de giro pode interferir de forma positiva ou negativa na continuidade de uma empresa. Uma boa gestão de capital contribui para alavancar os resultados de uma empresa, aumentar sua rentabilidade, melhorando seus índices desde que haja equilíbrio na busca de novos investimentos e que a empresa consiga pagá-los mantendo uma estrutura de capital equilibrada, caso contrário decisões erradas e que não atendam ao ciclo operacional da organização pode levá-la a insolvência, ao endividamento elevado e por consequência a sua descontinuidade.

Para atender ao objetivo geral, observa-se que a percepção dos administradores quanto à gestão do capital e a continuidade da empresa, de acordo com os dados analisados das demonstrações contábeis evidencia o comprometimento da solvência e da sua continuidade devido à evolução da quantidade de empréstimos e financiamentos à curto prazo, duplicatas descontadas, estrutura de capital, fazendo com que a empresa pague juros elevados para conseguir capital e conseqüentemente comprometa sua continuidade. Atualmente as empresas focam sua atenção nos seus aspectos financeiros internos e estas passam a serem tomadoras de decisões financeiras. O investimento em uma empresa é proveniente de recursos que podem ser próprios ou de terceiros e devem no mínimo satisfazer as expectativas de remuneração dos proprietários de capital. No entanto quanto maior o ciclo operacional, mais elevado serão as necessidades de investimento em giro.

Como objetivos secundário sendo o primeiro deles que trata de verificar o risco e o retorno do capital da empresa, verificou-se que através dos indicadores, que a empresa apresentou uma piora significativa no seu desempenho econômico entre os anos de 2012 e 2014, observou-se uma destruição do valor econômico pela incapacidade dos investimentos promoverem um retorno que satisfaça ao custo de capital, uma vez que o custo do passivo supera o retorno dos ativos, o que pode ser decorrente da natureza da atividade por apresentar um ciclo operacional maior, do porte da empresa por ter menor acesso ao mercado de capital, aumentando seus empréstimos de curto prazo ou deficiência na gestão do capital de giro, recurso necessário para operacionalizar a empresa, para realizar seus negócios e que para um retorno eficiente são necessários equilíbrio no prazo de pagamento das compras, prazo de recebimento das vendas e o montante investido no estoque.

O segundo é a análise dos indicadores financeiros considerando o capital de giro, verificou-se que entre os anos de 2012 e 2014 que a empresa apresentou queda nos seus índices de liquidez, ou seja, na sua capacidade de pagamento, índice elevado de endividamento apresentando qualidade ruim da dívida, devido à elevado percentual de empréstimo à curto prazo, ou seja mais oneroso, um giro lento o que implica em uma gestão financeira de caixa deficiente e um CCL positivo nos exercícios de 2012, 2013 e NCG no exercício de 2014 levando a empresa a ter a necessidade de capital de giro. Para essa captação de recursos percebe-se que a empresa pode ter apelado para o desconto de duplicatas, uma vez que no ano de

2014 o percentual de despesa financeira aumentou consideravelmente em relação ao exercício de 2012 e 2013 para acelerar o recebimento das vendas ou fazer dinheiro, o que é totalmente inviável, pois compromete seu lucro levando a juros exorbitantes. Os indicadores financeiros são relevantes para entender a situação de solvência, o nível de endividamento a proporção de capital de terceiros em relação ao capital próprio e destacar que o sucesso das organizações depende de uma boa gestão financeira.

O terceiro e último objetivo secundário mostra a percepção dos administradores quanto á gestão do capital de giro, por se tratar de uma empresa do ramo da construção civil e apresentar um giro mais lento de acordo com a pesquisa, observou-se que as decisões financeiras tomadas regularmente como: captação de recursos, decisões de financiamento, investimento e aplicação de recursos levantados, aumentou significadamente o seu endividamento, diminuiu a sua solvência o retorno tanto de investimentos como dos sócios comprometendo sua continuidade. As decisões tomadas pelos administradores das empresas refletem de forma positiva ou negativa podendo alavancar seus negócios e resultados ou comprometendo a continuidade da empresa. No entanto as decisões tomadas não contribuíram para a valoração da empresa.

Pode-se deduzir com este estudo que o mesmo contribuiu para sociedade de forma geral e para os profissionais da área contábil, uma vez que o mesmo relata a importância de uma boa gestão do capital de giro para que as empresas sobrevivam a um mercado cada vez mais competitivo e a importância das ferramentas contábeis para uma boa gestão, decisões acertadas e conseqüentemente a continuidade das empresas.

A principal limitação deste estudo foi no sentido de não comparar os indicadores calculados com índices padrão de outras empresas do mesmo porte e ramo de atividade, pela dificuldade de acesso as demonstrações contábeis das mesmas.

Em futuros estudos de caso sugere-se realizar pesquisa de como as ferramentas contábeis contribuem para uma gestão eficiente do capital de giro.

INVESTMENT VERSUS ROUND CAPITAL: consequences in the continuity of the company

ABSTRACT

This article has as its theme the relation between investment versus working capital and consequences in the continuity of a company. The main purpose of this article is to analyze the relevance of working capital management and its relation with the continuity of a company. The general objective is to analyze the managers' perceptions regarding the management of working capital and the continuity of a company. The specific objectives are: to verify the risk and return of the capital of the company; Analyze the economic-financial indicators considering working capital and observe the managers' perception regarding the management of working capital in decision-making. It is through the Working Capital that the company finances its operations, for that, if it is necessary an effective management of it, so that it reflects positively in its Continuity. For that, applied research was used, with a qualitative approach and case study to analyze the financial statements of a medium-sized company named Beta, whose main activity is civil construction.

Keywords: Investment. Working Capital. Continuity.

REFERÊNCIAS

COSTA, Magnus Amaral: **Contabilidade da Construção Civil e Atividade Imobiliária**. 2.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2011

HONG, You Ching; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prantice Hall, 2010

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 1.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2010

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2011

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 5.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2010

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2009

ANEXO A

| BALANÇO PATRIMONIAL EM | 2014 | 2013 | 2012 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo Circulante (R\$) | 20.137.837,71 | 21.970.381,86 | 22.977.278,93 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.300.532,94 | 1.279.187,13 | 4.817.091,55 |
| Clientes a Receber | 8.704.238,19 | 5.890.905,72 | 14.003.420,91 |
| Partes Relacionadas a Receber | 7.478.836,01 | 8.090.819,01 | 2.068.909,88 |
| Adiantamento a Funcionários | 2.935,37 | 48.734,32 | 53.650,89 |
| Adiantamento a Terceiros | 400.617,13 | 339.876,84 | 350.055,10 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | 1.229.201,56 | 782.356,19 | 580.879,09 |
| Aplicações Financeiras | 395.871,16 | 470.216,09 | 0,00 |
| Estoques | 346.980,90 | 968.862,48 | 627.113,50 |
| Despesas a Apropriar | 184.624,43 | 118.423,27 | 176.161,89 |
| Ativo não Circulante (R\$) | 21.511.355,74 | 21.378.133,12 | 15.702.745,98 |
| Partes Relacionadas a Receber | 2.498.790,00 | 483.912,99 | 463.912,99 |
| Depósitos Restituíveis | 1.203.237,96 | 911.865,40 | 491.813,41 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | 0,00 | 17.407,50 | 0,929,70 |
| Aplicações Financeiras | 4.589.340,59 | 5.869.796,50 | 0,00 |
| Investimentos | 8.190.065,00 | 8.189.920,00 | 8.189.740,00 |
| Imobilizado | 5.020.945,23 | 6.111.965,37 | 8.509.536,18 |
| Intangível | 6.996,96 | 13.145,38 | 37.813,70 |
| TOTAL DO ATIVO (R\$) | 41.649.193,45 | 43.348.514,97 | 38.680.024,91 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Passivo Circulante (R\$) | 20.452.760,54 | 18.962.734,71 | 21.698.919,91 |
| Fornecedores | 3.481.101,52 | 1.705.247,09 | 2.024.109,89 |
| Adiantamento de Clientes | 358.834,92 | 540.000,00 | 2.275.749,38 |
| Financiamentos | 713.257,52 | 897.589,29 | 868.241,53 |
| Empréstimos | 7.520.567,22 | 8.145.903,41 | 10.033.821,68 |
| Saldo Negativos em Bancos | 3.423.486,02 | 2.830.246,59 | 1.003.051,39 |
| Conta Garantida | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 |
| Encargos Trabalhistas | 591.639,03 | 619.819,01 | 554.080,80 |
| Provisão de Encargos Trabalhistas | 1.208.780,31 | 1.432.276,54 | 1.048.794,00 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 2.646.568,22 | 1.791.753,91 | 1.987.553,63 |
| Valores em Trânsito | 373.493,99 | 55.335,62 | 39.710,38 |
| Impostos Retidos na Fonte | 184.231,89 | 62.338,10 | 91.114,35 |
| Provisão para IRPJ E CSLL | 0,00 | 382.825,15 | 1.654.577,10 |
| Passivo não Circulante (R\$) | 6.283.935,28 | 6.782.653,40 | 2.287.692,32 |
| Empréstimos | 1.816.083,01 | 3.846.760,93 | 850.537,53 |
| Financiamentos | 325.747,26 | 963.217,21 | 1.890.664,09 |
| Impostos e Contribuições Federais | 4.342.124,96 | 1.942.675,26 | 56.900,70 |
| Patrimônio Líquido | 14.912.497,66 | 17.603.126,86 | 14.683.412,68 |
| Capital Social | 8.000.000,00 | 8.000.000,00 | 1.500.000,00 |
| Ajuste de IFRS | 8.824.376,33 | 8.824.376,33 | 8.822.486,33 |
| Reserva de Lucros | 0,00 | 8.750,53 | 4.560.928,35 |
| Prejuízos Acumulados | (2.711.878,67) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$) | 41.649.193,45 | 43.348.514,97 | 38.680.024,91 |

João Montevade (MG), 31 de Dezembro de 2014

Fonte: Pesquisa Documental

ANEXO B

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| (+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 67.280.807,96 | 67.877.629,79 | 66.861.971,56 |
| Serviços Prestados | 57.082.059,75 | 57.763.342,20 | 66.861.971,56 |
| Receitas de Vendas | 198.748,20 | 114.187,59 | 0,00 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (5.380.644,69) | (4.338.640,93) | (5.051.655,85) |
| Tributos Incidentes s/serviços | (5.305.405,81) | (4.314.376,10) | (5.051.655,85) |
| Tributos Incidentes s/vendas | (45.238,88) | (24.264,83) | 0,00 |
| Descontos Incondicionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 61.930.163,26 | 63.638.888,86 | 61.810.316,71 |
| (-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS / PRODUTOS VENDIDOS | (43.990.226,41) | (43.343.607,90) | (46.040.262,71) |
| Custos dos Serviços Prestados | (43.963.772,91) | (43.296.554,95) | (46.040.262,71) |
| Custos dos Produtos Vendidos | (26.452,50) | (48.052,95) | 0,00 |
| (=) LUCRO BRUTO | 7.539.937,85 | 10.156.280,96 | 16.770.053,00 |
| (-) DESPESAS OPERACIONAIS | (6.719.388,10) | (7.069.702,14) | (6.841.948,34) |
| Despesas Administrativas | (4.533.644,53) | (5.598.888,17) | (5.531.429,58) |
| Despesas Tributárias | (608.392,32) | (889.813,84) | (302.563,35) |
| Despesas com Serviços | (577.351,25) | (571.220,13) | (1.007.955,41) |
| (=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS | 2.220.549,76 | 3.136.678,82 | 8.928.114,66 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | (4.709.767,61) | (3.131.717,96) | (2.347.036,36) |
| (+) Receitas Financeiras | 774.740,16 | 580.398,82 | 630.038,63 |
| (-) Despesas Financeiras | (5.481.016,01) | (3.685.345,13) | (2.977.075,19) |
| (+/-) Outros Ganhos e Perdas | (3.491,76) | (26.771,64) | 0,00 |
| (=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | (2.489.217,86) | 3.860,87 | 6.681.078,30 |
| (-) Imposto de Renda | 0,00 | (579,13) | (1.496.782,21) |
| (-) Contribuição Social | 0,00 | (347,47) | (805.295,22) |
| (=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (2.489.217,86) | 2.934,27 | 4.279.000,87 |

João Monlevade (MG), 31 de Dezembro de 2014